
COMPARATISMO E CRÍTICA LITERÁRIA NA AMÉRICA LATINA*

*Eduardo F. COUTINHO***

Pensar a Literatura Comparada na América Latina é tarefa altamente complexa, que traz a tona de imediato uma série de problemas de ordem distinta: desde a indagação sobre os próprios conceitos de comparatismo e de Literatura Latino-Americana, até o estabelecimento de relações capazes de pôr em xeque o etnocentrismo que caracterizou a disciplina em sua fase inicial e que sempre esteve presente também no discurso crítico-teórico latino-americano. Marcada no início por uma perspectiva de teor científico-causalista, decorrente do momento e contexto histórico em que se configurara, e encontrando na América Latina um terreno fragilizado por um processo colonialista ainda vigente do ponto de vista econômico e cultural, a Literatura Comparada atuou, em suas primeiras manifestações sobre a literatura do continente, como mais um elemento ratificador do discurso da dependência cultural. Mais tarde, contudo, graças à própria evolução por que passou à disciplina e ao questionamento desenvolvido na América Latina em torno de suas diferenças culturais, o comparatismo oscilou significativamente o seu eixo, inscrevendo-se na linha de frente das reflexões sobre o continente.

A prática de se comparar autores, obras ou movimentos literários, já existia de há muito na América Latina, mas por uma óptica tradicional, calcada, à maneira francesa, nos célebres estudos de fontes e influências, que, além disso, se realizavam por via unilateral. Tratava-se de um sistema nitidamente hierarquizante, segundo o qual um texto fonte ou primário, tomado como referencial na comparação, era envolvido por uma aura de superioridade, enquanto o outro termo do processo, enfeixado na condição de devedor, era visto com evidente desvantagem e relegado a nível secundário. Como, sempre que este método era

** Universidade Federal do Rio de Janeiro

empregado no estudo da Literatura Latino-Americana, o texto fonte era uma obra européia, ou mais recentemente norte-americana, a situação de desigualdade emergente do processo se explicitava de imediato. O resultado era a acentuação da dependência e a ratificação incontestável do estado de colonialismo cultural ainda dominante no continente.

Este tipo de comparatismo encontrara na América Latina um solo propício ao seu florescimento, e semeado já em boa parte por poderosos aliados no campo da História e da Teoria Literárias, a saber: uma historiografia alheia e inadequada, e um método que poderíamos designar de aplicação de modelos teóricos tidos como universais. No primeiro caso, basta lembrar a questão da periodização literária, que sempre tomou como base movimentos ou escolas surgidos na Europa e encarou as manifestações latino-americanas como extensões dos primeiros, reduzindo-os a uma espécie de reflexo esmaecido dos modelos forâneos. E, no segundo caso, a aplicação dogmática, tanto na Crítica quanto no ensino da Literatura, de postulados de correntes teóricas européias a qualquer obra literária, sem se levar em conta as especificidades que a caracterizavam e as diferenças entre o seu contexto histórico-cultural e aquele onde elas haviam brotado.

Esta prática, que atingira seu apogeu nos anos dourados do Estruturalismo francês, começou a ser posta em xeque na América Latina a partir de finais da década de 70, e para tal contribuíram de modo decisivo o Desconstrutivismo, com sua ênfase sobre a noção de diferença, e a revalorização da perspectiva histórica, que voltou a chamar atenção para a importância do contexto. O questionamento de noções cristalizadas, como as de autoria, cópia, influência e originalidade, empreendido pelos filósofos franceses pós-estruturalistas atuou de modo muito profícuo sobre o comparatismo, levando-o a reestruturar muitos de seus conceitos e categorias, dentre as quais as de fontes e influências. Agora, contrariamente ao que ocorria antes, o texto segundo no processo da comparação não é mais apenas o “devedor”, mas também o responsável pela revitalização do primeiro, e a relação entre ambos, em vez de unidirecional, adquire sentido de reciprocidade, tornando-se, em consequência, mais rica e dinâmica.

Embora esta mudança de perspectiva ocorrida no seio do comparatismo se tenha originado, mais uma vez, no meio intelectual europeu, teve, como era de se esperar, importância fundamental para os estudos de Literatura Comparada que envolviam a produção latino-americana. Agora, o que se caracterizava como cópia imperfeita do

modelo instituído pela cultura central, passa a ser visto como resposta criativa, e o desvio de norma valoriza-se pela dessacralização que efetua do objeto artístico. Os critérios até então inquestionáveis de originalidade e anterioridade são lançados por terra e o valor da contribuição latino-americana passa a residir exatamente na maneira como ela se apropria das formas literárias européias e as transforma, conferindo-lhes novo viço. Os termos do sistema hierárquico anterior invertem-se, evidentemente, no processo e o texto da cultura dominada acaba por configurar-se como o mais rico.

Esta ênfase sobre a questão da diferença, propiciada pelo Desconstrutivismo, prestou valiosa contribuição aos estudos de Literatura Latino-Americana, que sofreram, pelo menos no campo do comparatismo, uma séria revisão crítica. Contudo, não se pode deixar de assinalar que ela também deu margem, por outro lado, a falaciosos exageros, expressos freqüentemente sob a forma de um acentuado ufanismo. Não basta, como se poderia supor, inverter a escala de valores do modelo tradicional para derrocar-se o seu teor etnocentrista, pois o referencial neste processo antitético continua sendo o elemento europeu. É preciso ir mais além: desconstruir o próprio modelo, ou, melhor, desestruturar o sistema hierárquico sobre o qual ele se havia erigido. O discurso comparatista acha-se de tal modo contaminado pelo sentimento de marginalização, internalizado pelo homem latino-americano ao longo de sua história, que é necessário desarticulá-lo para rearticulá-lo sobre novas bases.

A outra tendência do pensamento contemporâneo que contribuiu para o questionamento da visão de mundo eurocêntrica — a revalorização da perspectiva histórica — também encontrou terreno fértil no campo dos estudos literários latino-americanos. Num contexto onde correntes como o marxismo e o historicismo sempre tiveram grande penetração, e questões como a da dependência econômica sempre estiveram no cerne de qualquer debate de ordem política ou cultural, a idéia de que as manifestações literárias constituem redes de relações, e só podem ser suficientemente compreendidas quando abordadas por uma óptica global que dê conta dessas relações, reacendeu a chama de antigas disputas que se haviam esfriado com o domínio do Estruturalismo e abriu amplas e frutíferas possibilidades para um novo tipo de comparatismo. De acordo com este, não basta insistir na importância das diferenças latino-americanas, mas estudar a relação destas diferenças com o sistema de que fazem parte — a literatura do continente em seus

diversos registros — e investigar o sentido que assumem no quadro da tradição literária ocidental.

Reconhecendo a importância dessas questões e a carência de estudos desse tipo dentro do seio do comparatismo latino-americano, em geral somente voltado para o chamado veio culto da literatura e para os paralelos apenas entre literaturas de línguas diferentes, podemos tentar sistematizá-las, como o fez, por exemplo, Ana Pizarro⁵², que assinalou três diretrizes, ou níveis de interação, que a configuração do desenvolvimento literário latino-americano exigiria do comparatismo. São eles: a tradicional relação América Latina/Europa Ocidental, a relação entre as literaturas nacionais no interior da América Latina e a caracterização da heterogeneidade das literaturas nacionais no âmbito continental. Levando em conta que nenhuma aproximação a literatura do continente pode deixar de inserir-se no escopo dessa dinâmica tríplice, sem cuja percepção não se pode penetrar na complexidade da Literatura Comparada na América Latina, faremos uma breve referência a cada uma dessas diretrizes, começando pela última, com o fim de melhor elucidá-las.

A caracterização da heterogeneidade das literaturas nacionais na América Latina constitui um problema fundamental para o comparatismo, na medida em que exige deste o reconhecimento de registros não só diferentes dentro de uma mesma literatura nacional (o espanhol e o quíchua, por exemplo, no Peru; ou o espanhol e o guarani, no Paraguai), mas ainda de níveis tradicionalmente distintos, como o erudito e o popular, este último quase sempre marginalizado. A cultura latino-americana caracteriza-se, desde o século XVI, por significativa pluralidade, e o comparatismo não pode perder de vista este fato, devendo estender-se ao estudo de textos não só remanescentes das culturas indígenas anteriores à chegada dos europeus ao continente e aos poucos que continuaram a ser produzidos nas línguas ainda faladas, como também às formas transmitidas oralmente e às atuações dessas diversas culturas umas sobre as outras. É o caso da atuação de culturas indígenas sobre a obra de autores como José Maria Arguedas e Miguel Angel Asturias, ou de escravos africanos sobre a produção escrita em *créole* no Caribe, ou em seu correspondente nos locais de colonização inglesa ou holandesa. É também, embora às avessas, o caso da recepção, por parte da oralidade, da cultura do texto, como ocorre, por exemplo, com a literatura de cordel brasileira, que narra episódios de cantares de gesta franceses.

A relação entre as literaturas nacionais no interior da América Latina apresenta, entre outros, dois problemas de certa magnitude: o da delimitação da área abrangida pelo conceito de América Latina e o da unidade na diversidade que caracteriza os países do continente. No primeiro caso, a questão que se coloca de imediato é a dos critérios a serem utilizados na delimitação do conceito, que evoluíram de uma perspectiva originariamente etnolingüística e geográfica para outra de ordem histórico-cultural ou política, passando a incluir regiões do Caribe, por exemplo, não colonizadas por povos de origem neolatina. O segundo caso, um pouco mais complexo, implica uma dinâmica múltipla, que se estende desde a independência, no plano diacrônico, do *corpus* literário com relação às literaturas das metrópoles colonizadoras, até o reconhecimento, no plano sincrônico, de conjuntos ou blocos nacionais ou regionais, que se vão encaixando, num processo de *mise en abîme* a outros maiores, ligados por fortes denominadores comuns, até chegar-se a uma espécie de mosaico, cujas partes, por mais integradas ao todo, continuam mantendo sua individualidade. Neste sentido, o conceito de literatura latino-americana não se atém nem ao mero somatório de distintas literaturas nacionais, nem a uma generalização abstraída de qualquer análise histórica concreta; ao contrário, consiste na construção de uma unidade plural e móvel, que busque dar conta da tensão entre a produção literária geral do continente e suas diferenças específicas.

As relações entre a literatura latino-americana e as da Europa Ocidental, a que podemos acrescentar mais recentemente a da América do Norte, é a diretriz que já se verificava no comparatismo tradicional e que vem sofrendo séria revisão crítica da década de 80 para o presente, sobretudo no que concerne ao questionamento de sua perspectiva unilateral. Aqui, além do estudo das respostas criativas que a Literatura Latino-Americana vem apresentando em seu processo de apropriação de formas européias, e do exame das diferenças encontradas com relação ao sistema de que fazem parte, passa-se a abordar também a atuação dessa literatura sobre a européia e norte-americana, e inclusive sobre outras não pertencentes a nenhuma dessas esferas. Contudo, não se trata, é preciso frisar, de mera inversão do modelo-padrão do comparatismo tradicional nem de uma extensão do paradigma etnocêntrico a outros sistemas periféricos. O que se pretende, ao contrário, é o estabelecimento de um diálogo em pé de igualdade entre essas diversas literaturas, assegurando a transversalidade própria da disciplina.

A tomada de consciência das especificidades da literatura ou das diversas literaturas latino-americanas e a necessidade de levar-se em conta sempre a tradição literária do continente são talvez os principais fatores que fizeram o comparatismo passar, na América Latina, de um estudo mecânico de fontes e influências a uma disciplina capaz de desencadear um verdadeiro diálogo de culturas. O comparatismo é, como afirma Claudio Guillén, em seu livro *Entre lo uno y lo diverso*, “una disciplina resueltamente histórica”⁵³, e, como a literatura latino-americana, pelas circunstâncias históricas em que foi engendrada, carrega como marca uma dialética entre o local e o universal, é nesta pluralidade, neste sintagma não-disjuntivo, que ela deve ser apreendida.

NOTAS

* Uma versão mais longa deste trabalho foi publicada, com o título “Por um comparatismo latino-americano”; em *Terceira Margem: Revista da Pós-Graduação em Letras da UFRJ*, Rio de Janeiro, 2 (2), p.25-30, 1994.

⁵² PIZARRO, A. (ed.) *La literatura latinoamericana como processo*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.

⁵³ GUILLÉN, C. *Entre lo uno y lo diverso: introducción a la literatura comparada*. Barcelona: Editorial Critica, 1985.